

UM MUNDO EM AGONIA: A GERAÇÃO DE 1870 EM DESTERRO

A WORLD IN AGONY: THE 1870'S GENERATION IN DESTERRO

Luiz Alberto de SOUZA*

Resumo: O artigo revê a interpretação, consagrada pela História Literária, acerca do surgimento de um movimento anti-Romântico na Província de Santa Catarina durante a década de 1880. Nele, relativiza-se a importância tradicionalmente atribuída ao presidente Francisco Luiz da Gama Rosa para a constituição do chamado “Grupo da Ideia Nova” e propõe-se uma explicação conjuntural para a emergência dessa formação em Desterro.

Palavras-chave: Desterro – Geração de 1870 – Ideia Nova.

Abstract: The article reassesses the interpretation, consecrated by the Literary History, about the emergence of an anti-romantic movement in the Province of Santa Catarina in the 1880s. In the article, the importance traditionally attributed to President Francisco Luiz da Gama Rosa to the formation of the so-called "Ideia Nova" group is relativized and is proposed a conjunctural explanation about their emergence in Desterro.

Keywords: Desterro – 1870's Generation – Ideia Nova.

Havia então na atmosfera, pairava por todo o Brasil a ansiedade, a dúvida, o temor, a ameaça de movimentos misteriosos, o desamparo em que permanecia o meio social pela aproximação do desconhecido e do tenebroso. O Império agonizava (VARZEA, George Marcial, 1901).

No início da década de 1880, começou a ganhar visibilidade na imprensa de Nossa Senhora de Desterro uma nova leva de escritores. Moços, quase todos nascidos na primeira metade da conturbada década de 1860, fizeram parte dessa geração Cruz e Sousa, Virgílio Varzea, Carlos de Faria, Araujo Figueredo, Santos Lostada, entre outros. Como elementos de identificação, além da amizade, juventude e desejo de projeção social através da literatura, esses rapazes compartilhavam certos valores estéticos e ideais políticos. Eram abolicionistas, alguns simpatizantes da causa republicana e, a partir de certo momento, inflamadamente anti-Românticos.

Muito tempo depois, já entre os anos de 1940 e 1950, ensaístas, críticos e cronistas literários passaram a rotular aquele círculo como o “grupo” da “Ideia Nova” (JUNKES,

* Doutorando em História – Programa de Pós-graduação em História – Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, CEP: 88.040-970, Florianópolis, Santa Catarina – Brasil. Bolsista CNPq. Pesquisador junto ao Núcleo de Pesquisa História, Literatura e Sociedade (NEHLIS/UFSC). E-mail: luiz_alberto82@yahoo.com.br.

2006, p. 209). Para esses intérpretes (estudiosos da “Literatura catarinense” como Altino Flores, Élio Ballstaedt e Osvaldo Ferreira de Melo), o chamado “Ideia Nova” corresponderia a uma associação de “jovens literatos” interessados em adaptar, “à moda da terra”, as “doutrinas que dominaram o período realista nas artes” (MELO, 1958, p. 83).

Na década de 1990, quando descobriu aquele grupo de escritores desterrenses, a Historiografia assimilou muito dessas análises. Fundamentando-se mais na bibliografia disponível do que nas fontes existentes, historiadores de ofício realizaram uma leitura em muitos aspectos similar à dos seus antecessores. Assim, uma das primeiras caracterizações historiográficas do “Grupo das Ideias Novas” foi a de um “movimento” de “autodidatas [...] com pouca escolaridade”, que

[...] reconhecidos como modernos e anti-românticos, tomando para si a causa abolicionista, [...] contribuíram para a identidade de uma geração que se considerava mais atualizada e sintonizada com as tendências européias, colocando em xeque a estética da geração anterior (CHEREM, 1998, p. 214).

Pois bem, guardadas as devidas proporções, sobretudo as naturezas específicas dos estudos, pode-se dizer que crítica, crônica literária e historiografia profissional compartilharam de uma mesma opção metodológica: todas essas análises privilegiaram a dimensão intelectual em detrimento da dimensão política intrínseca ao objeto. Todas, em maior ou menor grau, definiram o Grupo de Desterro como uma comunidade de estetas.

Neste artigo, buscaremos nos afastar dessa tendência. Não tomaremos a chave intelectual como critério básico para compreender a produção e a atuação do grupo. Não cremos que a literatura elaborada por aquele círculo de escritores visasse exclusivamente a “renovação” estético-filosófica das letras em Desterro. Pelo contrário, aqui, nossa ênfase recairá sobre os interesses sociais e políticos mais amplos inerentes à sua realização artística.

Nossa escolha se baseou na experiência direta com as fontes. Nas buscas em jornais de época, nas análises de narrativas memorialísticas e, também, na leitura dos textos literários. Nesse processo, ao nos debruçarmos sobre os contos e poemas, bem como outros registros deixados por remanescentes, a contradição entre uma parte significativa da bibliografia referente ao Grupo de Desterro e o conteúdo desses testemunhos tornou-se óbvia.

A despeito da influência de análises “clássicas” como as de Élio Ballstaedt (BALLSTAEDT, 1954) ou Altino Flores (FLORES, 1948), que perceberam no Grupo de Desterro apenas um movimento de crítica e renovação estritamente formais, o que se apreende no trato com a documentação é justamente o oposto. Isto é, o forte sentido de intervenção social implícito, tanto na produção literária quanto nas trajetórias individuais de seus participantes.

Nada menos surpreendente. Literatura e literatos não existem à parte dos processos históricos nos quais estão sempre imersos. Obras e autores, mesmo que não desejem ou tenham consciência disso, vivem em permanente interação com a “arena das polêmicas e conflitos de sua contemporaneidade” (CHALHOUB; PEREIRA, 1998, p. 8). No caso específico do Grupo de Desterro, engajamento político e produção estética são elementos claramente indissociáveis. Aspectos impossíveis de serem plenamente apreendidos sem que refaçamos a ponte entre texto e contexto.

Um “Herói Civilizador”

Tomando o ambiente social e político da década de 1880 apenas como plano de fundo para as suas conjecturas, certos intérpretes não compreenderam a formação do chamado “Grupo da Ideia Nova” como um fenômeno profundamente enraizado na conjuntura do fim do Império. Pelo contrário, de acordo com esses autores, o seu surgimento seria algo episódico, fruto de uma intervenção individual e localizada. No caso, a nomeação do médico e político liberal Francisco Luiz da Gama Rosa ao cargo de presidente da Província de Santa Catarina.

Um exemplo dessa leitura se encontra no livro *A Literatura de Santa Catarina*, de Celestino Sachet. Reproduzindo em 1979 ideias cristalizadas desde meados dos anos 1950, Sachet inicia assim o capítulo intitulado “Ideia Nova”: “Quando, em 29 de agosto de 1883, Francisco Luiz da Gama Rosa se torna presidente da Província, vindo da Corte, rodeia-se de um grupo de jovens que tomarão de assalto a inexpugnável cidadela do Romantismo [...]” (SACHET, 1979, p. 55).

E prossegue. Numa síntese de Altino Flores, Élio Ballstaedt e Osvaldo Ferreira de Melo:

O Presidente, homem de relativa cultura e bastante versado nas últimas novidades filosófico-literárias, alarma-se com a indigência de nosso meio intelectual. Nossos escritores pouco, ou mesmo, quase nada sabem de Darwin, Zola, Comte, Spencer e Proudhon, embora esses ilustres intelectuais estivessem revolucionando a Arte e o Pensamento nos centros da cultura europeia (SACHET, 1979, p. 55).

Desse modo, quase como um herói civilizador, um Prometeu que desce dos altos da cultura letrada europeia o fogo da inteligência, Gama Rosa

[...] traz para Santa Catarina informações sobre aqueles sábios com suas respectivas doutrinas. E, desde logo, o jovem médico encontra ouvidos atentos às suas preleções, realizadas na própria residência. Ali se proclama que Castilho e Herculano já cederam lugar a um nome por aqui desconhecido: Eça de Queirós. E que, na França, Victor Hugo havia perdido todo seu prestígio de outrora (SACHET, 1979, p. 55).

Com efeito; como se essas opiniões de algum modo fossem tão óbvias, tão autoevidentes que só necessitassem ser “reveladas” por Gama Rosa; Celestino Sachet sentencia: “Não tardou muito para que os jovens Virgílio Varzea, Santos Lostada e Araujo Figueredo deixassem de lado o Romantismo e empunhassem a nova Bandeira” (SACHET, 1979, p. 55).

Quanto a nós, não compartilhamos desta análise nem da tradição interpretativa na qual Sachet se insere. De modo que, no presente capítulo, o surgimento daquilo que trataremos apenas como “Grupo de Desterro” será abordado privilegiando-se não as ações isoladas de tal ou qual agente, mas os processos sóciopolíticos em curso durante as últimas décadas do Segundo Reinado.

Nosso ponto de vista é o de que, menos que o resultado de um encontro bem-sucedido entre um erudito disposto a ensinar e jovens dispostos a aprender, a origem do Grupo de Desterro esteve intimamente relacionada ao advento de um ambiente propício à expressão pública e coletiva de descontentamentos por parte de grupos sociais até então marginalizados pelo *establishment* monárquico. O que, como veremos ainda neste trabalho, é o caso de todos os seus personagens desde Cruz e Sousa ao próprio Gama Rosa. A existência desse grupo, portanto, seria um dos desdobramentos das transformações econômicas e sociais que alteraram drasticamente a “estrutura de oportunidades” políticas dos últimos vinte anos do Império.

Sobre o conceito de “estrutura de oportunidades políticas” e sua relação com o advento de movimentos “intelectuais”, a socióloga Angela Alonso, estudiosa da chamada “geração 1870”, escreve:

Movimentos intelectuais são uma modalidade de movimento social. Por sua vez, movimentos sociais são uma das formas modernas de ação coletiva, que surgem com o enfraquecimento das formas tradicionais de expressar demandas, seja por sua ineficácia, seja pelo aumento da participação política. Segundo Tilly [...], estão associados a momentos nos quais as instituições políticas falham em responder as demandas de parte dos membros da própria comunidade política. Esta situação de crise permite que pequenos grupos insatisfeitos com as regras de distribuição de bens e recursos e de representação, antes silenciosos ou inaudíveis, possam vocalizar suas demandas *mesmo fora* das instituições políticas estabelecidas. Isto é, movimentos sociais surgem tipicamente em momentos de crise política. Tarrow agrega que movimentos sociais se formam quando há uma expansão da ‘estrutura de oportunidades políticas’. Quando processos de crise dilatam as “dimensões consistentes — mas não formais ou permanentes — do ambiente político que fornece incentivos para pessoas se engajarem em ações coletivas, por afetarem suas expectativas de sucesso ou fracasso (ALONSO, 2002, p. 41).

É o que aparentemente ocorreu em Desterro quando, entre as décadas de 1870 e 1880, começaram a circular pequenos jornais “noticiosos” e “críticos” editados fora das grandes tipografias dos partidos Liberal e Conservador. Representando as opiniões de grupos sociais diversos, acreditamos que a existência desses periódicos indica uma fissura no edifício do poder imperial. Uma nova “estrutura de oportunidades políticas” sendo explorada.

O surgimento de um periódico como *O Colombo* (1881), por exemplo, numa província pobre, pouco povoada e de maioria analfabeta, só pode ser plenamente decodificado quando reinserido no processo de crise que marcou o fim do Império. Um processo que alterou não só o modo como os diferentes grupos sociais percebiam o Estado monárquico e as suas instituições, mas, sobretudo, que transformou os meios e as formas de expressão desse novo olhar.

Pode-se dizer que a “estrutura de oportunidades políticas” que engendrou o Grupo de Desterro foi resultado de dois processos históricos amplos e complementares entre si: 1º) a tentativa, por parte do Estado brasileiro, de realizar uma modernização controlada da economia e da sociedade, a partir das reformas de 1870; e 2º) o colapso que estas reformas infligiram ao sistema de poder imperial, ocasionando uma ruptura entre as elites políticas tradicionais (ALONSO, 2002, p. 87-92).

A seguir, repassaremos, muito brevemente, à evolução de ambas as tendências.

As Feridas Expostas do Império

O Brasil da segunda metade do século XIX sofreu alterações drásticas nas suas feições econômicas e sociais. Dentre as principais mudanças do período, destacaram-se a proibição do tráfico de trabalhadores negros escravizados, em 1850, e a expansão das lavouras de café ao sul do país.

O fim do tráfico escravista acelerou a erosão da sociedade imperial. A partir de 1850 houve uma liberação de capitais até então inédita, o que desencadeou um ciclo de crescimento econômico que, embora descontínuo, haveria de se estender século afora e alterar significativamente as bases materiais do Império. Sobre a explosão de negócios verificada após o redirecionamento dos capitais antes investidos no tráfico, Caio Prado Jr. escreve:

O país entra bruscamente num período de franca prosperidade e larga ativação de sua vida econômica. No decênio posterior a 1850 observam-se índices dos mais sintomáticos disto: fundam-se no curso dele 62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de mineração, 3 de transporte urbano, 2 de gás e finalmente 8 estradas de ferro (PRADO JÚNIOR, 1965, p. 197).

Simultaneamente ao fim da importação negreira, o crescimento da lavoura de café nas regiões sul e sudeste colocou em evidência os limites do sistema baseado no “trinômio latifúndio-escavidão-monocultura”. A solução do tráfico interprovincial demonstrou-se uma alternativa frágil e provisória e, em 1860, já era evidente o esgotamento do modelo baseado na exploração da mão-de-obra escrava em várias regiões do Brasil (ALONSO, 2002, p. 77).

A decadência do modelo colonial e as transformações socioeconômicas dele decorrentes, sobretudo a urbanização, geraram uma série de demandas não previstas pelo velho arcabouço jurídico-político do regime. O Estado brasileiro precisaria, mais cedo ou mais tarde, contemplar politicamente alguns dos novos grupos sociais que emergiam da nova conjuntura. Ao mesmo tempo, necessitava atualizar suas legislações no sentido de adequar-se ao novo momento econômico, facilitando o investimento estrangeiro, o

desenvolvimento do comércio nacional e a atração de mão-de-obra livre estrangeira (ALONSO, 2002, p. 78).

As elites viram-se num impasse. Era preciso “expandir as condições econômicas, sociais e culturais” com o objetivo de racionalizar a economia e formar a nação. No entanto, como fazer isso mantendo intactas as “estruturas de prestígio social” que lhe legitimavam o “monopólio do poder político”? Em síntese, as mudanças precisariam ser realizadas, sim, mas de forma controlada e, sobretudo, dentro da “ordem”. Liberais e Conservadores divergiam frontalmente, sobretudo na questão da abolição do trabalho escravo. O medo de uma ruptura do equilíbrio do sistema político fazia com que os debates nesse sentido adquirissem um ritmo extremamente lento. Veio a Guerra do Paraguai e pouco ou nada se havia definido de concreto acerca das reformas. As questões eram levantadas, esmiuçadas teoricamente, mas jamais transformadas em objetos de deliberação parlamentar (ALONSO, 2002, p. 79).

Em 1871 subiu ao poder o Gabinete chefiado pelo Visconde do Rio Branco. Formado por Conservadores “moderados”, este Ministério apresentou uma pauta inesperada. Relegando questões políticas mais óbvias ao segundo plano – como, por exemplo, a compensação dos militares que retornavam do Paraguai, ou a administração de rusgas eleitorais entre os partidos –, Rio Branco pôs a escravidão no centro de sua agenda política. Seu principal tópico, a Lei do Ventre Livre, era apresentado como um dos principais instrumentos jurídicos para a modernização econômica e social do Império. Apartados do poder desde 1869, quando optaram pela abstenção eleitoral, os Liberais viram as principais pautas do seu próprio programa incorporadas por uma facção hegemônica do partido adversário. Os Conservadores moderados haviam aproveitado a conjuntura favorável para conduzirem arbitrariamente a realização das reformas. Tal estratégia era arriscada, pois, dentre outras coisas, infringia um dos princípios mais caros à vida política do Segundo Reinado: o consenso (ALONSO, 2002, p. 80-81).

A estabilidade do sistema político se assentava num consenso implícito quanto à prática política e numa confluência em torno dos princípios da boa sociedade. Conservadores e liberais eram acordes quanto aos recursos legítimos em cada arena, à discussão cavalheiresca nas câmaras da Corte e a violência eleitoral no interior (ALONSO, 2002, p. 69).

As críticas às propostas de Rio Branco partiram de ambos os espectros do poder. Liberais e Conservadores “emperrados” viram com receio tanto o conteúdo das reformas quanto o modo como elas eram processadas.

Do ponto de vista da crítica Liberal, a principal acusação era de que os Conservadores roubavam-lhes partes do programa e deformavam, a seu gosto, o sentido das reformas. Zacarias de Góes, crítico ferrenho do programa de Rio Branco, resumiu assim a estratégia da facção moderada do Partido Conservador: “Façam-se sim as reformas liberais: mas façam-se coadas pelo filtro conservador” (ALONSO, 2002, p. 82). Como consequência desse ato, apontava Góes, viria a “desnaturação” dos partidos monárquicos e o fortalecimento do recém-fundado Partido Republicano.

No mais, apesar de ter a abolição como uma das suas mais estimadas bandeiras, a plataforma Liberal nunca privilegiou a emancipação como a principal reforma. Ao invés disso seu tópico mais urgente era a reforma eleitoral. Deste modo, apesar de ser reconhecida como necessária, a mudança do regime de trabalho deveria ser algo elaborado pacientemente. Devagar. Se possível, ao longo de mais algumas décadas (ALONSO, 2002).

Por outro lado, dentro do próprio Partido Conservador, os chamados “emperrados” lançavam também suas críticas. Avessos a toda e qualquer alteração na arquitetura política, sua perspectiva era de que as instituições do Império formavam um todo que deveria ser preservado custe o que custasse. Desta perspectiva, não haveria possibilidade de intervenções pontuais, isoladas; alterando-se um de seus aspectos, toda a estrutura de poder comprometia-se. O verdadeiro papel do partido conservador seria o de resistir às reformas, não conduzi-las. Essa percepção, aliás, se comunicava intimamente com outra crítica, também sustentada pelos Liberais: a de que Rio Branco atentara contra a “natureza” dos partidos (ALONSO, 2002).

A despeito das resistências, Rio Branco conseguiu fazer passar pelo Parlamento boa parte de seu programa. A Lei do Ventre Livre, a primeira medida antiescravista desde 1850, foi aprovada com rapidez incomum em 28 de setembro de 1871 e consolidou de vez a crise no seio da elite. No poder durante quatro anos, Rio Branco forçou ainda a passagem de uma série de outras medidas. Sua reforma desmontou parte do “arsenal repressor saquarema” - uma série de arranjos constitucionais que garantiam, desde o fim da Regência, o domínio eleitoral contínuo do Partido Conservador – e transformou em tema de debate público

diversas questões até então jamais problematizadas oficialmente ou transformadas em pautas da agenda política imperial (ALONSO, 2002, p. 83).

Apesar de terem sido aprovadas pelo Legislativo, as reformas de Rio Branco sofreram diversas restrições e jamais chegaram a ser totalmente implementadas. Como resultado, produziram “um duplo efeito: geraram uma modernização incompleta, sem concretizar inteiramente a incorporação da sociedade externa ao centro do sistema político, e erodiram a sustentação política do regime, ao acirrar o conflito intralite” (ALONSO, 2002, p. 86). Não obstante, apesar de “incompleta”, a tentativa de reforma iniciada em 1871 foi um estímulo importante à transformação material do país, bem como um pesado golpe contra a sua estrutura de poder.

Caio Prado Jr. apresenta-nos um quadro geral das transformações infraestruturais ocorridas nos últimos vinte anos do Império. Segundo o autor, no final da década de 1880.

As estradas de ferro, cujo estabelecimento data de 1852, somavam cerca de 9.000 km de linhas em tráfego, e outros 1.500 em construção. A navegação a vapor se estendera largamente, e além das linhas internacionais, articulava todo o longo litoral brasileiro desde o Pará até o Rio Grande do Sul [...] Além das vias de transporte, o império deixará também uma desenvolvida rede telegráfica de quase 1.000 km de linhas articulando todas as capitais e cidades mais importantes do país. Isto sem contar os cabos submarinos transoceânicos que o ligavam a diferentes partes da Europa e América (PRADO JÚNIOR, 1965, p. 201).

A proliferação de estradas de ferro e de redes telegráficas viabilizaram não só a movimentação de mercadorias, mas também de pessoas, notícias, ideias e valores. O considerável barateamento das passagens e a queda no tempo dos percursos facilitou o ir-e-vir de uma parcela maior da população. Em meados dos anos 1880, as viagens interprovinciais, por exemplo, já eram relativamente comuns. Conhecer a Corte ou outros grandes centros culturais do Império já não era um privilégio de alguns poucos abastados.

Paralelamente à mudança no âmbito dos transportes e das comunicações em longas distâncias, o aumento dos níveis de alfabetização e a disseminação de novas técnicas de impressão, multiplicaram as tipografias. A imprensa se disseminou e a edição bibliográfica tornou-se menos cara. No final dos anos 1870 a possibilidade de acesso à cultura letrada e ao mundo dos debates públicos não era mais exclusividade de uma elite e chegou ao indivíduo médio através de livros e, principalmente, dos jornais (ALONSO, 2002, p. 94).

Como concluiu Alonso, a “resultante da crise política e da reforma conservadora da virada dos anos 1860 para os 1870 foi, em síntese, a configuração de uma nova ‘estrutura de oportunidades políticas’” (ALONSO, 2002, p. 95). Se, por um lado, facilitou a emergência de novas “vias de ação política” acessível a grupos sociais apartados dos meios de expressão política tradicionais - e dentre essas vias de ação a imprensa ocuparia um lugar de destaque –, de outro, incluiu na agenda de debates públicos todo um leque de temas essenciais à vida do Império.

É possível afirmar, portanto, que em seu afã de reelaborar e defender os seus princípios, a elite política pôs a nu seus próprios dilemas. Em fins de 1870 estava claro, para qualquer indivíduo medianamente informado, que havia uma crise em curso no Império. Era impossível disfarçar as dificuldades do sistema político em acompanhar as mudanças sociais e econômicas pelas quais atravessava o país. Monarquia e escravidão apareciam como termos cada vez mais associados: “Esta clarificação”, diz Alonso, “transformou os fundamentos tacitamente aceitos da ordem sociopolítica imperial em temas de debate público nos anos 1880, transpassando o círculo parlamentar” (ALONSO, 2002, p. 94-95).

Sintomático desse processo de “clarificação”, bem como das novas possibilidades de expressão de ideias e posições políticas oriundas de grupos à margem das instituições tradicionais de poder do Império é o poema que se encontra na edição de 10 de setembro de 1882 do jornal desterrense *A Regeneração*. Nele, Cruz e Sousa, o instruído e politizado filho de ex-escravos, publica um soneto em homenagem à Independência, porém, de quebra, marca a sua crítica aos limites da Lei do Ventre Livre.

Liberdade! Independência!
Eis os brados grandiosos
Que raios luminosos
Fulguram lá nos céus!
Eis a mágica odisséia
que duns lábios rebentando,
foi o povo transformando,
foi rompendo os negros véus!
[...]
Mas embora, meus senhores,
Se festeje a Liberdade,
A gentil Fraternidade
Não raiou de todo, não!...
E a pátria dos Andradas
Dos Abreu, Gonçalves Dias,

Inda vê nuvens sombrias,
Vê no céu fatal bulcão!
Muito embora Rio Branco,
Esse cérebro profundo
que passou por entre o mundo
do Brasil como um Tupá!...
Muito embora em catadupas
derramasse o verbo augusto,
da nação no enorme busto
inda a mancha existe, há!
(CRUZ E SOUSA, 1882, p. 2-3).

Repercussões na Província

Apesar de economicamente “periférica” em relação aos “centros dinâmicos” (exportadores) do país (SOUTO, 1980, p. 42-43), a província de Santa Catarina e sua capital, Nossa Senhora do Desterro, não permaneceram alheias às mudanças que marcaram o Império ao longo da segunda metade do século XIX.

De acordo com o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, o cenário econômico catarinense sofreu alterações significativas durante o século XIX. Para o autor, sobretudo a partir da segunda metade dos oitocentos, a intensificação do fluxo de trocas entre a província e outros mercados consumidores mais desenvolvidos, bem como o florescimento de novos núcleos coloniais “tenderam a desencadear um conjunto de alterações na estrutura e no ritmo de desenvolvimento da economia local”. Assim, “a economia catarinense apresentava sinais indicativos do início de um processo de transformação [...] no sentido da sua integração na economia capitalista de mercado” (CARDOSO, 2000, p. 94).

Essa “integração” e as suas conseqüências típicas, como a urbanização e a industrialização, foram vivenciadas de forma mais imediata em lugares como Lages, Joinville ou Blumenau. No entanto, Desterro, como núcleo administrativo e comercial, acabou se beneficiando da atividade econômica comum da província. (CARDOSO, 2000, p. 95-96) O aumento da produção em áreas de colonização alemã e italiana associada à atuação de comerciantes “canalizavam os benefícios econômicos, advindos da imigração e do próprio processo de urbanização, fazendo Desterro deixar sua antiga condição de povoação militar e ganhar ares urbanos e citadinos” (CHEREM, 1994, p. 29).

Não obstante, apesar da relativa prosperidade do período, a capital de Santa Catarina não se tornou uma cidade rica ou populosa. De acordo com o censo de 1872, Desterro contava, naquele ano, 25.708 moradores registrados. Era, portanto, “9 vezes menor do que

a capital nacional e 3 vezes maior do que Aracaju, a qual era a capital com menor número de habitantes” (CHEREM, 1994, p. 22). No mais, ainda segundo o documento de 1872, no total de 20 capitais recenseadas, Desterro encontrava-se em 17ª posição em relação ao número de prédios e domicílios. Os indicadores de desenvolvimento continuariam pouco promissores ao longo das décadas posteriores. A posição da capital neste último *ranking*, por exemplo, permaneceria inalterada até o censo de 1920 (p. 23).

Contudo, seria incorreto ignorar que, apesar das suas restrições, a partir de meados do século XIX, Desterro realmente testemunhou uma mudança efetiva em seus aspectos materiais, sociais e culturais. Nessa época, a riqueza acumulada permitiu à sociedade desterreense adquirir novas feições. Formou-se, ao lado da já existente elite local (constituída basicamente por funcionários públicos bem empregados), uma incipiente burguesia mercantil, com suas próprias aspirações à distinção e ascensão social (CHEREM, 1994, p. 30). Começaram a proliferar associações culturais, recreativas e profissionais (p. 22). Intensificou-se a institucionalização de diferentes “práticas ligadas à classe letrada”, com o investimento do governo provincial em instrução pública, a consolidação da imprensa local, a criação da Biblioteca Pública, a inauguração do Teatro Santa Isabel e a criação de diversos clubes e sociedades teatrais (BRANCHER; AREND, 2001, p. 280). Mais instruída, organizada e complexa, ao fim do Império a sociedade desterreense estava pronta para expressar certas contradições.

A “agitação” republicana, por exemplo, começou cedo na província. Já em 1870, logo após a publicação do *Manifesto Republicano*, formavam-se grupos em torno dos ideais do novo partido (CABRAL, 1987, p. 202). O comerciante Esteves Jr., um dos representantes catarinenses no Congresso Nacional, foi mesmo um dos signatários do documento. Em 1887, Santa Catarina contava com 15 clubes republicanos (BRANCHER; AREND, 2001, p. 301) e, em 1885, circulava pela capital o jornal *A Voz do Povo* que, apesar da sua curta existência, marcou a presença republicana na imprensa local (CABRAL, 1987, p. 202).

Bem mais popular, no entanto, teria sido a causa abolicionista em Desterro. Congregando políticos dos mais diversos matizes, bem como diferentes grupos sociais, a campanha em prol da emancipação encontrou poucos obstáculos na capital. Várias associações recreativas e entidades sociais se esforçaram em expor seu apoio à causa da abolição. Exemplos disso são o Clube Doze de Agosto, a Sociedade Carnavalesca Diabo a

Quatro, a Sociedade Carnavalesca Bons Arcanjos, a Sociedade Dramática Fraternal Beneficente, a Sociedade Dramática Amadores da Arte e a Sociedade Musical União Artística (BRANCHER; AREND, 2001, p. 301). Todas ativamente engajadas na promoção de conferências e cerimônias de entrega de cartas de alforria, bem como outras manifestações públicas de apoio à abolição.

Pelos idos de 1880, portanto, as transformações que alteravam o cotidiano em Desterro desde meados do século já haviam tornado os embates políticos da Corte algo acessível a um público local cada vez mais amplo, instruído e interessado. A “estrutura de oportunidades políticas” havia mudado também em Desterro e essa alteração viabilizou diferentes formas de contestação à ordem imperial. A última década do regime viu proliferar na capital, assim como quase todas as capitais do Império, sociedades abolicionistas, clubes republicanos, entre outras formas de associação de classes e interesses partidários. Assim, expressando essas e outras “possibilidades e compreensões sobre os acontecimentos políticos” (CHEREM, 1994, p. 174) a imprensa desterrense agitou-se, durante os anos 1880, entre publicações de longo e curto fôlego.

Jornais como o *Despertador*, a *Regeneração* e *Jornal do Commercio*, periódicos de vasta circulação e mantidos como veículo de propaganda dos partidos Liberal e Conservador, dividiam a pequena esfera pública de Desterro com outros, bem menores, e de representatividades políticas variadas. Segundo Cabral, entre os anos de 1880 e 1888, surgiram na capital, além dos já mencionados *Jornal do Commercio* e a *Regeneração*, as folhas o *Progressista*, o *Aprendiz*, o *Operário*, o *Artista*, o *Caixeiro*, o *Liberal*, a *Matraca*, o *Abolicionista*, o *Caturra*, o *Colegial*, o *Conciliador*, o *Campeão*, o *Constitucional*, o *Independente*, o *Comercial*, o *Crepúsculo*, a *Folha Livre*, o *Júpiter*, dentre outros (CABRAL, 1987, p. 187).

Foi em meio a esse *boom* editorial, que Cruz e Sousa, Virgílio Varzea e Manoel dos Santos Lostada, literatos iniciantes que, até então, só haviam publicado colaborações em jornais “oficiosos” como *A Regeneração* e *O Despertador*, empreenderam pela primeira vez uma incursão autônoma na imprensa local. O *Colombo*, cujo subtítulo era “Periódico Crítico e Literário”, surgiu na capital em 7 de maio de 1881 e se manteve até 24 de setembro daquele mesmo ano. Sustentando ainda uma linguagem claramente identificada com o modelo estético Romântico, o *Colombo*, no entanto, já lhes servia como veículo de crítica a certos elementos do *status quo* monárquico. É o que demonstra, por exemplo, a

edição de 7 de julho de 1881, inteiramente dedicada aos dez anos de morte do poeta abolicionista Castro Alves. Neste número, além de um editorial marcadamente antiescravagista, diversas poesias reproduziam esse mesmo conteúdo (MAGALHÃES JUNIOR, 1972, p. 13-18). Sobre a formação do núcleo inicial do Grupo de Desterro em torno de *O Colombo*, Virgílio Varzea fez o seguinte registro em suas memórias:

Cruz e Souza apresentou-me [...] a Santos Lostada, empregado no comércio, numa casa que passou logo a ser o nosso primeiro Cenáculo. Aí nasceu a idéia de publicarmos um pequenino hebdomadário literário. Imediatamente passamos à ação. E o 1º número do “Colombo” saiu, com um artigo de apresentação da lavra dos três, um romancete inédito de Cruz e Souza, uma poesia de Santos Lostada e uma poesia minha que era simplesmente péssima, e da qual ainda hoje tenho remorso (VARZEA, 1923, p. 1)

E testemunhando a precariedade desse primeiro esforço editorial, relata-nos:

[...] Cruz estava sempre conosco - comigo [e] Lostada - na casa de comércio em que este trabalhava. Os primeiros artigos para o "Colombo" aí foram escritos, no meio da algazarra dos freguezes e das nossas palestras literárias, tomando também parte nelas dois filhos do patrão - Horácio e Adolpho de Carvalho [...] (VARZEA, 1923, p. 1).

Após a experiência em *O Colombo*, o grupo voltou a se dispersar em pequenas colaborações pelos diversos jornais da cidade, só retornando à atividade independente alguns anos mais tarde em *O Moleque* (1884-1885) e *Tribuna Popular* (1885-1892) (PEDRO, 1995, p. 93-94). Referindo-se ao *Tribuna Popular* (periódico bi-semanal, abolicionista e declaradamente liberal) e ao grupo que se envolveu na sua redação, Virgílio Varzea escreveu:

Sob a névoa e o vento frígido da manhã de inverno pondo na face dos transeuntes uma vermelhidão inflamada, cinco rapazes, metidos em grossos sobretudos até aos pés ou envoltos em *plaid*s de lã, desciam lentamente o adro ajardinado da velha matriz do Desterro, que, com o antigo casarão solarengo dos Gama d’Eça, fechava e fecha ainda hoje, ao fundo, a vasta praça Barão da Laguna, a principal da pequena capital catarinense. Sobreçando livros, folhetos, revistas, jornais, caminhavam fazendo de vez em quando ligeiras paradas, numa parolagem animada e ruidosa sobre ciência, letras e artes – o assunto favorito de todos, - parolagem interrompida não raro por golpes de leitura feitos nervosamente naquelas publicações e cortada sempre de gestos e palavras enfáticas, entusiásticas, revolucionárias, contrastando com a placidez habitual do largo, aliás, o ponto mais freqüentado da cidade e aquele para onde convergiam as duas ruas principais e as que levavam aos arrabaldes. De cigarros nos lábios lançavam constantemente baforadas de fumo ao ar

frio e úmido, imprimindo uma nota pleonástica às idéias incendiárias que esposavam e andavam a discutir a todo instante e por toda a parte. Eram os redatores da *Tribuna Popular*, o flamante e revolucionário periódico literário, feito de uma maneira toda nova e original, e que se imprimia numa tipografia ocupando um grande prédio acaçapado que se elevava por detrás da matriz, à ruazinha da Trindade. [...] Esse grupo representava em Santa Catarina, como outros no Rio de Janeiro e pelas capitais das demais províncias brasileiras, o movimento científico, literário e artístico tão profundamente fecundo e reformador que, em todo o mundo civilizado, assinalou o século passado: compunham-no Cruz e Souza, Araujo Figueiredo, Horacio de Carvalho, Santos Lostada, Victor Vasques e mais três, - ao instante ausentes – Oscar Rosas, Carlos de Faria e Lydio Barbosa, sem falar ao [ilegível] e eminente poeta Luiz Delfino [ilegível] de todos, que os [ilegível] culturalmente chamavam-no Hugo brasileiro (VARZEA, 1907, p. 1).

Com relação ainda ao fragmento anterior é interessante observar o tipo de consciência que Varzea demonstrava possuir acerca do seu próprio grupo. O escritor não o via como um fenômeno isolado, estanque. Ele próprio o inseria num movimento mais amplo, multidimensional e não particularizado em termos regionais. O Grupo de Desterro parecia-lhe a expressão local de um fenômeno que abarcava todo o país, obedecendo a uma tendência comum a todo o “mundo civilizado”.

Esse tipo de testemunho foi completamente ignorado pelas interpretações posteriores. Análises cuja tendência seria isolar e particularizar o Grupo de Desterro, desarticulando-o do contexto de crise que, na década de 1880, já comprometia adiantadamente as estruturas do Império.

Filhos do Tempo

A formação de um grupo de agitação político-cultural já havia começado bem antes da chegada de Gama Rosa à província. Pelo menos desde 1881, com o surgimento de *O Colombo*, Cruz e Sousa, Virgilio Varzea e Santos Lostada já ensaiavam um foco de polêmica dentro da imprensa desterreense. O movimento de crítica ao *establishment* monárquico ao qual se costuma denominar “Ideia Nova” não foi o resultado da intervenção de um herói civilizador, sendo, pelo contrário, um fenômeno profundamente enraizado no contexto econômico, social e político no qual se inscrevia. Ele já estava em curso antes de 1883 e, muito provavelmente, ocorreria com ou sem a presença de Gama Rosa. De um modo diferente, com certeza. Talvez sustentando uma retórica mais próxima à tradição

Romântica. Mas se realizaria. Como de fato continuou a se realizar, mesmo após 1884, com a partida do Presidente. Sobretudo depois de 1885, com a fundação do *Tribuna Popular*, um jornal extremamente atuante não só na crítica a certos valores e instituições do Império, mas também aos da República em seus primeiros anos.

Do mesmo modo, atribuir à Gama Rosa uma influência intelectual inédita e, através disso, tomá-lo como o iniciador de um “movimento estético” ou “escola literária”, também não nos parece adequado. Desterro, sobretudo em fins do século, não era uma ilha isolada do resto do mundo. É muito improvável que os livros de Eça de Queirós, Darwin ou Zola fossem completamente desconhecidos nos círculos letrados da cidade. O próprio Virgílio Varzea, ao publicar um poema intitulado *Transformismo*, numa alusão às teses de Darwin, deu provas de que já havia feito contato com essas ideias antes mesmo de se tornar “discípulo” de Gama Rosa (GLICK, 2003, p. 182-183). O que precisaria ser problematizado aqui não é tanto o conhecimento acerca de certo repertório cultural, mas a opção de se dispor, num determinado contexto, de certos rótulos, vocabulário e ideias.

Referências Bibliográficas

- ALONSO, Angela. *Idéias em Movimento: A Geração 1870 na Crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BALLSTAEDT, Élio. A “Idéia Nova” de Cruz e Sousa e Virgílio Vársea. *Expediente Sul: Revista do Círculo de Arte Moderna*. Florianópolis, n. 23, p. 1-10, 1954.
- BRANCHER, Ana; AREND, Silvia Maria Fávero (Org.). *História de Santa Catarina no Século XIX*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2001.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1987.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis: Relações Sociais e Econômicas*. Florianópolis: Insular, 2000.
- CRUZ E SOUSA, João da. Sete de Setembro. *A Regeneração*, Desterro, 10 set. 1882.
- DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol et al. (Org.). *A Recepção do Darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2003.
- CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Org.). *A História Contada: Capítulos de História Social da Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- CHEREM, Rosângela Miranda. 1994. *Caminhos para Muitos Possíveis: Desterro no Final do Império*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- _____. *Os Faróis do Tempo Novo: Política e Cultura no Amanhecer Republicano da Capital Catarinense*. 1998. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

- FLORES, Altino. O Franzino Poeta e o Latinista Quadragenário. *Anuário Catarinense*. Florianópolis, n. 1, p. 54-59, 1948.
- GLICK, Thomas. O Positivismo Brasileiro na Sombra do Darwinismo: O Grupo Idéia Nova em Desterro. In: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol et al. (Org.). *A Recepção do Darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2003.
- JUNKES, Lauro (Org.). *Altino Flores: Textos Críticos*. Discurso pronunciado por ocasião do IX Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em Florianópolis em 11 de setembro de 1940. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras, 2006. p. 209.
- MAGALHÃES JÚNIOR. Raimundo. *Poesia e Vida de Cruz e Sousa*. São Paulo: Livros Irradiantes S.A., 1972.
- MELO, Osvaldo Ferreira de. *Introdução à História da Literatura Catarinense*. Florianópolis: Publicações do Centro de Estudos Filológicos, 1958.
- PEDRO, Joana Maria. *Nas Tramas Entre o Público e o Privado: A Imprensa de Desterro no Século XIX*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1995.
- PRADO JÚNIOR. Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1965.
- SACHET, Celestino. *A Literatura de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1979.
- SOUTO, Américo Augusto da Costa; et al. *Evolução Histórico-Econômica de Santa Catarina: Estudos das Alterações Estruturais (século XVII-1960)*. Florianópolis: CEAG/SC, 1980.
- VARZEA, Virgílio. Impressões da Província (1882-1889): A “Tribuna Popular” e a Guerrilha Literária Catarinense. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 17 fev. 1907.

Artigo recebido em 22/07/2013. Aprovado em 02/10/2013.